

## Georges Politzer: Kant e o neokantismo

Alexis Daniel Rosim

E-mail: alexisrosim@yahoo.com.br

**Resumo:** O destino da psicologia racional, como discurso metafísico sobre o sujeito, deu-se por encerrado para o neokantismo. O fim do século XIX caracterizou-se pelo debate desta escola em torno da formulação das bases de uma psicologia científica. E todo o imbróglio consiste em que boa parte dessa psicologia com aspirações de ciência procura reivindicar sua certidão de legitimidade na própria *Crítica da razão pura* como cartilha metodológica. Neste contexto, procuramos encontrar a fonte epistemológica da *Crítica dos fundamentos da psicologia*, de Georges Politzer.

**Palavras-chave:** experiência interna; fenomenismo; psicologia empírica; “refutação ao idealismo” na *Crítica da razão pura*; condições de possibilidade de um conhecimento objetivo na filosofia teórica de Kant.

**Abstract:** The destiny of the rational psychology, as a metaphysical discourse about the subject, has been given finished for the neokantism. The end of the 19<sup>th</sup> century was characterized by the debate of this school around the formulation of the bases for a scientific psychology. The whole problem of this issue, for Politzer, is that most part of this psychology with scientific aspirations tries to demand its legitimacy's certificate from the *Critique of the pure reason* as a methodological model. This is the context that should be present when one is facing the *Critique of the foundations of psychology*.

**Key-words:** inner experience; phenomenism; empirical psychology; “refutation of idealism” in the *Critique of pure reason*; Kant's account of objective knowledge.

Ao ler a *Crítica dos fundamentos da psicologia*, de Georges Politzer (doravante, *CFP*), encontramos, vez por outra, alusões a um autor clássico da filosofia. De resto, nenhum psicólogo da década de 20 se surpreenderia com a presença de Kant em uma obra do gênero. A própria “psicologia oficial”, alvo recorrente da crítica de Politzer, ainda se entretém com a sobrevida dos problemas e questões fundamentais suscitados pelo psicologismo neokantiano do final do século XIX.

O que talvez possa surpreender é apresentarmos a fonte epistemológica de todas as teses da *CFP* no mesmo quadrante teórico do neokantismo, pois defendemos que basta nos determos no fundamento que coordena a refutação politzeriana de cada um dos pressupostos da “psicologia oficial” para constatar a presença de dois temas centrais da *Crítica da razão pura*: sua refutação ao idealismo e a descrição das condições envolvidas na formulação dos princípios de um pensamento objetivo. Portanto, quando Politzer lança mão da filosofia teórica de Kant, é justamente para denunciar o caráter inadequado da chave empirista que comanda a interpretação neokantiana.<sup>1</sup>

Podemos dizer, para início de conversa, que Politzer encontra dois erros fundamentais na interpretação neokantiana da *Crítica da razão pura*: o primeiro consistiria em uma *transgressão metafísica* e o segundo, na maneira como se contorna uma *limitação epistemológica* por meio dessa mesma transgressão. Nesta exposição, focaremos esses dois procedimentos da leitura neokantiana, baseados na avaliação de Politzer, segundo a qual:

<sup>1</sup> Este artigo procura desenvolver as indicações de Osmyr Faria Gabbi Junior, em seu “Considerações sobre a eterna juventude da psicologia: o caso da psicanálise”, principalmente a consideração de que, para começar a entender o aspecto central da obra de Politzer, seria preciso “empreender uma rapidíssima excursão pelas paisagens de uma outra crítica, muito mais fundamental, a *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Politzer não esconde que sua *Crítica...* é parte de seu projeto filosófico de restaurar, contra o neokantismo dominante no cenário francês da década de 20, aquilo que ele acreditava ser o elemento mais significativo da obra de Kant: o papel essencial do sujeito e da experiência na produção do conhecimento” (Faria Gabbi Jr. 1998, pp. VIII-IX).

A crítica kantiana da “psicologia racional” deveria ter arruinado definitivamente a psicologia [...]. Mas a *Crítica* não produziu esse efeito. Ela certamente eliminou a noção de alma, mas, por ser a refutação da psicologia racional apenas uma aplicação da crítica geral à coisa em si, parece que o resultado, para a psicologia, foi um “realismo empírico”, paralelo ao que se impõe à ciência depois da ruína da coisa em si. Como a interpretação corrente não retém a idéia extraordinariamente fecunda da anterioridade da experiência externa à experiência interna, para reter apenas o paralelismo, a *Crítica da Razão Pura* parece consagrar a hipótese da vida interior. (Politzer 1998, p. 44)

O fundamento da crítica de Politzer às diversas tentativas de formulação de uma psicologia “científica” descansaria no fato de todas elas terem ignorado a “idéia extraordinariamente fecunda da anterioridade da experiência externa à experiência interna, para reter apenas o paralelismo”. Essa citação condensa em uma breve fórmula, de grande densidade, a chave metafísica e epistemológica com a qual o neokantismo aborda a doutrina kantiana e, por outro lado, situa-nos na fonte de todas as teses subsequentes da *CFP*.

Nesse sentido, se nos voltarmos para a própria *Crítica da razão pura*, no momento em que Kant expõe os princípios que coordenam a síntese entre a experiência interna e externa do pensamento objetivo, veremos que ele não dispensa a observação de que a relação entre ambas é de grande importância também, “caso se trate do autoconhecimento por meio da simples consciência interna, da determinação de nossa natureza sem a ajuda de *intuições sensíveis externas* para nos indicar os limites da possibilidade de um tal conhecimento” (Kant 2004, B 294; os itálicos são meus). A “interpretação corrente” leu passagens como essa, nas quais Kant aponta os limites da determinação de nossa natureza por meio da simples consciência interna e sem ajuda de *intuições sensíveis externas*, como uma crítica que visaria exclusivamente à “psicologia racional”, sem conseqüências para uma psicologia empírica. Na verdade, ao contrário, ela abriria o caminho para a constituição do objeto de uma psicologia verdadeiramente científica.

Acompanhando os passos da argumentação de Politzer, podemos encontrar a origem dessa interpretação na maneira como o neokantismo procurou dar um fundamento positivo à crítica kantiana da coisa em si: a tese kantiana – segundo a qual o objeto dos fenômenos não é apreendido nos próprios fenômenos, assim como o conhecimento do objeto não é diretamente tomado do objeto em si mesmo, mas, ambos, fenômeno e objeto, são constituídos pelas condições sensíveis e intelectuais do conhecimento – deveria ser revisada segundo uma fundamentação científica que procurasse extirpar qualquer vocação especulativa da noção de coisa em si.<sup>2</sup> De tal maneira que, para o empirismo neokantiano, o conhecimento da mente deveria passar pelo crivo da fisiologia, como efeito dos *objetos* sobre nosso aparelho sensorial, pondo em movimento, por exemplo, as *idéias* de espaço e de tempo em nossa “vida psíquica”. Essa perspectiva parte do pressuposto, amplamente difundido entre os neokantianos, de

<sup>2</sup> Essa fundamentação fora buscada pelo neokantismo nas duas ciências em voga na segunda metade do século XIX: a fisiologia e a psicologia empírica (cf. Freuler 1997, pp. 167 e ss). Tomemos Wilhelm Wundt como exemplo dessa interpretação neokantiana, autor que Politzer consagra na *CFP* como o primeiro “a preconizar a psicologia ‘sem alma’” (*CFP*, p. 38). Em um de seus manuais de introdução à nova psicologia, lemos: “A alma cartesiana não pode mais existir diante do conhecimento fisiológico do substrato físico de nossa vida mental. E o monismo metafísico, em suas duas formas, que pretende combinar alma-substância e corpo-substância em uma unidade, descarta a possibilidade do conhecimento de nossa vida psíquica. Em oposição ao conceito metafísico de alma-substância, concebemos o princípio de atualidade da mente” (Wundt 1912, p. 192). Primeiramente, Wundt dispensa os “monismos metafísicos” que descartam, de saída, um programa de investigação propriamente empírica de seu objeto. Partindo do princípio da “atualidade da mente”, ele pretende limitar os procedimentos de sua psicologia a uma auto-observação sistemática dos dados empíricos de nossa vida psíquica. A partir do exercício e dos resultados obtidos por meio deste princípio metodológico e descritos ao longo de seu livro, Wundt poderá concluir, então, que “[...] os elementos físicos, quer sejam átomos ou uma matéria contínua, devem necessariamente ser pensados por nós na forma de *idéias espaciais e temporais que nascem em concordância com leis psíquicas*, enquanto os elementos psíquicos, as simples sensações e sentimentos, estão inevitavelmente relacionados a processos físicos” (ibid., p. 184; os itálicos são meus).

que não teríamos um acesso imediato aos objetos do mundo exterior<sup>3</sup> e, portanto, deveríamos distinguir duas séries de “realidades” (de um lado, os dados sensoriais, de outro, as *idéias* de espaço e de tempo). Sair do domínio das sensações exigiria um mecanismo que constituísse o plano dos “conteúdos” de uma “realidade psíquica”. Em outras palavras, a consciência passa a ser tratada como uma espécie de órgão sensorial refletor diante de duas superfícies sensoriais, uma orientada para a percepção, a outra para conteúdos mentais conscientes. A tarefa da psicologia seria, portanto, a de investigar a maneira como a *idéia*, vinculada a um certo “substrato físico”, projeta-se, em conformidade com leis empíricas, no plano da “realidade psíquica”.

Essa interpretação dos elementos envolvidos em uma “experiência interna”, sua gênese e desenvolvimento segundo “leis empíricas”, inaugura todo um programa de pesquisa das tentativas de constituição do objeto de uma psicologia científica ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, com relação à *Crítica da razão pura*, faz-se necessário notar que o programa empirista parte de uma pequena mudança de registro, segundo a qual as *intuições sensíveis* kantianas passam a ser tratadas como “*idéias espaciais e temporais que nascem em concordância com leis psíquicas*”

<sup>3</sup> Léo Freuler mostra, ainda, a maneira como Helmholtz justifica esse ponto de vista fenomenista nos termos mais gerais da doutrina kantiana: “[...] Em sua exposição de 1855 sobre a visão no homem, Helmholtz se apóia nesta lei [lei das energias específicas dos sentidos] para concluir que a qualidade das sensações não depende de objetos exteriores percebidos, mas dos nervos dos sentidos que tornam a sensação possível. *Se esta conclusão é suscetível de vinculação com o criticismo, é porque estabelece a mediação da percepção, porque confirma a tese kantiana segundo a qual os objetos de nosso conhecimento não são senão representações que são efeitos dos objetos afetando a sensibilidade.* Os objetos do mundo exterior, explica Helmholtz, nunca são percebidos de maneira imediata. O que percebemos apenas são ‘efeitos desses objetos sobre nosso aparelho nervoso e assim foi desde os primeiros instantes da vida’ (Freuler 1997, pp. 152-53; os itálicos são meus).

– mudança que tem a pretensão de demarcar a passagem do idealismo transcendental a uma “psicologia empírica”.<sup>4</sup>

Para Politzer, essa mudança carrega consigo uma conseqüência grave: a leitura fenomenista da filosofia teórica de Kant não permite à “psicologia empírica” escapar de um paralelismo metafísico sub-reptício. E essa *transgressão metafísica* estaria em franca oposição com as conseqüências da própria doutrina kantiana. Na avaliação de Politzer, não poderíamos ler a *Crítica da razão pura* a partir de uma chave fenomenista, como a imposta pelo neokantismo, sem ignorar um aspecto essencial do projeto crítico de Kant.

Pensamos que o lugar onde esse aspecto de sua filosofia teórica torna-se mais patente é em sua “Refutação ao idealismo”, na *Crítica da razão pura*. A refutação consistia, justamente, em mostrar que a *permanência* não pode ser uma intuição encontrada na forma do sentido interno e, portanto, em uma “experiência interna” tomada em si mesma. Segundo Kant, todas as nossas representações, como determinações do sentido interno, encontram-se num fluxo temporal contínuo, mesmo quando *atualmente* referidas a algo permanente. Portanto, a conseqüência que decorre dessa maneira de considerar o sentido interno é que o próprio permanente “tem de ser uma coisa externa e distinta de todas as minhas representações e cuja existência é necessariamente incluída na *determinação* de minha própria existência, perfazendo com ela uma única experiência que nem ocorreria interiormente se não fosse (em parte) ao mesmo tempo externa”

---

<sup>4</sup> Essa mudança de registro conceitual pode ser inserida em uma perspectiva mais geral, de revisão da filosofia teórica de Kant, segundo a palavra de ordem de extirpar qualquer elemento “dogmático” na base do criticismo. Neste sentido, é muito sugestivo o resumo de Léo Freuler do que seriam os três erros da doutrina kantiana para o neokantiano Eduard Beneke: “1. ela é incapaz de explicar a origem das condições subjetivas do conhecimento (ela não pode ser empírica, mas tampouco independente da experiência, pois seria puramente conceitual, sem que a existência de seus objetos fosse garantida); 2. ela funda a objetividade sobre princípios puramente subjetivos; 3. Kant se exprime apenas por meio de metáforas emprestadas do mundo exterior, e não de maneira propriamente científica” (Freuler 1997, nota 1, p. 143).

(Kant 2004, B XLI). Portanto, a representação de algo permanente dado a uma *intuição sensível externa* não é, para Kant, a mesma coisa que uma *idéia* permanente.

No momento em que Kant procura demonstrar a realidade “objetiva” de cada uma das categorias, ele considera mais digno de nota “o fato de que, para entender a possibilidade das coisas segundo as categorias e, portanto, evidenciar a *realidade objetiva* destas, necessitamos não, simplesmente, de intuições, mas inclusive sempre de intuições externas” (Kant 2004, B 291). A exigência de Kant deve estender-se a cada uma delas, na medida em que “só pode ser exposta na intuição externa, e só mediante ela igualmente pode ser aplicada ao sentido interno” (Kant 2004, B 293).<sup>5</sup>

Se logrármos escapar da perspectiva fenomenista, leremos a “Refutação ao idealismo” de Kant como garantia de que as intuições dadas ao sentido externo são intuições de um “objeto” fora de nós no espaço e de que apenas esse espaço, como forma do sentido externo, e não como *idéia*, pode determinar nossas representações com referência a algo permanente. Neste caso, o “realismo empírico”, como correlato necessário do idealismo transcendental, torna-se uma exigência da filosofia kantiana pelo fato de a *idealidade* do espaço e do tempo, como esquemas formais da intuição

<sup>5</sup> Sobre o problema da permanência, a *Crítica da razão pura* exige sempre, como única garantia da validade objetiva das categorias de relação, intuições sensíveis externas de um espaço empírico. Sobre a categoria de substância, Kant considera que “[...] para fornecer na intuição algo de permanente que corresponda ao conceito de substância (e para demonstrar, por meio disso, a realidade objetiva desse conceito), necessitamos uma intuição no espaço (da matéria), porque unicamente o espaço é permanente, ao passo que o tempo, portanto, tudo o que está no sentido interno, flui constantemente” (B 291). O fundamento objetivo da categoria de causalidade “é que toda mudança, mesmo para ser percebida meramente como tal, pressupõe algo permanente na intuição, embora no sentido interno não seja encontrada absolutamente nenhuma intuição permanente” (B 292). Finalmente, podemos estender à categoria de comunidade a mesma exigência da anterioridade da experiência externa: “[...] podemos muito bem nos tornar concebível a possibilidade de comunidade (das substâncias como fenômenos) se a representamos a nós mesmos no espaço, portanto, na intuição externa” (B 292).

dos objetos de uma experiência possível, estar *originariamente* vinculada a um espaço *fora de nós* e dado a uma “consciência empírica”.

Por outro lado, se deixarmos a cargo do sentido interno, no que diz respeito à diversidade que os fenômenos nos apresentam em sua sucessão, Kant diz, com todas as letras, que a sucessão, ela mesma, é sempre *indiferente* (cf. Kant 2004, B 240). Para que possamos falar em “experiência interna” é necessário, ainda, que um ato da consciência constitua uma forma que dê unidade à diversidade dos fenômenos nessa sua incessante sucessão. Fenômenos podem ser representados como objetos em uma experiência interna, em oposição a sua sucessão *indiferente*, apenas se submetidos a uma forma que torne necessário um certo modo de ligação de sua diversidade. O *objeto* é definido por Kant como aquilo que nos fenômenos contém a condição objetiva dessa forma necessária de apreensão (cf. *ibid.*, B 236), de tal maneira que a ordem na sucessão das *percepções* seja determinada e a apreensão esteja, então, vinculada *a priori* a uma tal ordem. O sentido interno não pode ser pensado senão em sua relação com a síntese de um ato da consciência e esse ato, como vimos, não pode dispensar a permanência dada a uma *intuição sensível externa*, de modo a apresentar a “realidade empírica” de seu *objeto*.

Nesse sentido, numa seção da *CFP*, Politzer começa descrevendo a lâmpada que ilumina sua escrivinha como ponto de partida de duas ordens de pesquisa essencialmente diferentes:

[...] segundo a natureza do ato que a põe, a lâmpada é um fato físico ou um fato psicológico; ela pode ser, portanto, ponto de partida de duas ordens de pesquisa essencialmente diferentes: a física, de um lado, a psicológica, do outro. Em si mesma (se isso tiver sentido), ela não pertence a nenhuma das duas. Mas o fato de pertencer a uma ou a outra não pode tornar-se *efetivo* por meio de uma simples *afirmação verbal*, pois é essa pertença que deve inspirar a maneira como a lâmpada é concebida; ela deve criar, precisamente, a forma especial exigida pela dialética em que ela deve inserir-se. Para a física (melhor dizer, para a mecânica), a lâmpada será um sistema material, e o estudo propriamente mecânico da lâmpada só se faz possível sob essa forma. O mesmo vale para a psicologia. A lâmpada só será fato psicológico na medida em que sua pertença ao “eu” inspire a forma a lhe ser dada

e é preciso que ela tenha uma forma especial enquanto fato psicológico, da mesma maneira como tem uma enquanto fato mecânico. Como a física, a psicologia deve fazer os fatos que estuda passarem por uma transformação adequada conforme seu “ponto de vista”. Só essa transformação pode dotar os fatos da originalidade indispensável, sem a qual uma ciência *especial* não tem razão de intervir. (CFP, p. 62)

Se a lâmpada pode se apresentar a Politzer como um “fato psicológico” não se deve à constatação de que estaria diante da consciência de um conteúdo mental correlato e projetado na tela de uma “realidade psíquica”. Politzer considera a lâmpada como um “fato psicológico” ou como “fato físico” a partir da “natureza do ato que a põe”. O “fato psicológico” e o “fato físico” não são os dados iniciais para a investigação de duas ordens de realidade, mas devem sua distinção à natureza do ato de conceber a lâmpada segundo uma “forma especial”. De tal modo que, quando se trata de considerá-la como um “fato físico”, somos conduzidos ao tema kantiano das condições de possibilidade da apreensão de um objeto.

Para Kant, o sentido do ato teórico, investigado na *Crítica da razão pura*, é o da formulação de um esquema matemático *a priori* que possa ser traduzido nos termos de uma experiência física: trata-se de uma forma por meio da qual constituímos o *objeto* das leis que regulam os fenômenos externos. E, como vimos, não há outro sentido atribuído à noção de “experiência interna” na filosofia teórica de Kant. Por outro lado, somente na condição desse ato de determinação *a priori* do sentido interno é possível tornar os princípios da física homogêneos ao plano dos processos em foco, isto é, a um “sistema material”. Portanto, essa homogeneidade só pode ser alcançada pela construção formal de um esquema que põe o “objeto de uma experiência” – que é possível na medida em que corresponde, de modo imanente, à realidade empírica de uma diversidade originariamente dada a uma experiência externa.

Se não podemos falar em apreensão de um “fato mecânico” pela mera “consciência empírica” de uma lâmpada, no que diz respeito à psicologia experimental, devemos entender, ainda, o que se quer dizer quando se trata da apreensão do objeto das modificações do sentido interno. O

que está em jogo aqui é a demarcação de uma distinção necessária entre a descrição de uma lâmpada localizada no “espaço empírico” e um procedimento formal que consiste em considerar duas vezes a mesma coisa. Como vimos, para Kant, a apreensão do objeto de uma experiência externa faz isso: parte de fenômenos externos e constrói um tempo esquematizado espacialmente na experiência interna para antecipar matematicamente a forma homogênea a esses fenômenos.

Quanto ao sentido interno, Kant procurou esquematizar a realidade de suas modificações. Contudo, ele apontou, também, para uma *limitação epistemológica* quando se trata da formulação conceitual dessa realidade. Na segunda edição da “Dedução transcendental” da *Crítica da razão pura*, Kant mostrou, entre outras coisas, que o sentido interno, cuja forma é o tempo, poderia ser esquematizado apenas por meio da “representação *figurada*” do conceito de sucessão.

Na medida em que, para Kant, a forma do sentido interno é a de uma sucessão temporal, somente poderíamos determiná-lo conceitualmente pela intrusão de um esquema espacial. Portanto, o mesmo ato teórico que determinaria *a priori* a forma dos fenômenos externos poderia representar *figurativamente* as modificações do sentido interno apenas por meio do ato de construção de uma linha reta que se prolongasse em uma sucessão ininterrupta. O conceito de sucessão seria o único a poder formular *a priori* a representação *figurada* do objeto *em geral* das modificações do sentido interno.<sup>6</sup> A tarefa da *Crítica da razão pura* é a de investigar os

<sup>6</sup> Kant retoma o tema no seu *Primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*, dessa vez aludindo diretamente à impossibilidade de constituição do objeto de uma psicologia empírica: “[...] a teoria empírica da alma deve permanecer mais distante ainda do estatuto da, assim chamada, ciência da natureza em sentido próprio [...]; primeiramente porque a matemática não é aplicável aos fenômenos do sentido interno, nem as suas leis, a menos que quiséssemos tomar em conta a lei da continuidade no fluxo das modificações internas desse sentido; mas isto seria uma extensão do conhecimento que se comportaria, com relação àquela que a matemática proporciona à teoria do corpo, mais ou menos como a teoria das propriedades da linha reta com relação à totalidade da geometria” (Kant 1993, p. 103).

limites e condições de possibilidade da experiência de um objeto *em geral*. Trata-se de uma experiência de aplicação de esquemas espaciais *a priori* a uma “realidade empírica” que deve corresponder a essas formas, atribuindo-lhes um “valor objetivo”. E, desse ponto de vista, Kant formulou o conceito de sucessão como único esquema possível de apreensão *figurada* das modificações do sentido interno.

Por outro lado, Politzer afirma que a psicologia deve seguir exatamente o mesmo procedimento formal, isto é, considerar duas vezes a mesma coisa, uma do ponto de vista empírico e outra do ponto de vista conceitual. Essa é a única maneira de demarcar o plano de realidade apropriado a sua definição de “fato psicológico”, de modo a avaliar se ele justificaria a existência de uma psicologia como ciência empírica e independente: “Como a física, a psicologia deve fazer os fatos que estuda passarem por uma transformação adequada conforme seu ‘ponto de vista’. Só essa transformação pode dotar os fatos da originalidade indispensável, sem a qual uma ciência *especial* não tem razão de intervir” (CFP, p. 62).

O problema da “psicologia oficial”, segundo Politzer, é que, para realizar essa exigência mínima de constituição de seu objeto, ela começa projetando esquemas espaciais na “experiência interna”. Seu ponto de partida é o pressuposto de que a “apreensão” do psíquico se dá pela reconstituição da forma de um fato psicológico, a partir dos exemplares de noções gerais, tais como “imagem”, “idéia”, “representação”, “associação”, etc.<sup>7</sup> Em todas as suas versões, a forma do fato psicológico é transformada em um feixe de funções abstratas.

Politzer quer dizer com isso que a limitação da “psicologia oficial” ao estudo de formas puramente individuais não passa de uma *afirmação*

<sup>7</sup> Podemos encontrar o fundamento da crítica de Politzer a este “formalismo funcional” no mesmo registro teórico que viemos apontando, isto é, no campo de influência da “Dedução transcendental”, na qual Kant aponta para o erro que estaria na base dos “sistemas de psicologia”: o de considerar o “*sentido interno*” (condição da sucessão dos fenômenos) como idêntico à “*faculdade de apercepção*” (condição *lógica* de sua síntese na forma de um objeto *em geral*). Cf. Kant 2004, B 150-53.

*verbal*. Ao contrário, a “psicologia oficial” reza pela mesma cartilha das ciências naturais, e volta-se a ela sempre que se trata de *realizar* sua definição de “fato psicológico” e de fornecer critérios de positividade aos métodos que utiliza para “apreendê-lo”. É essa a razão pela qual Politzer considera que a psicologia não encontrou um único procedimento que não fosse uma réplica *figurada* dos esquemas formais das ciências da matéria.

Assim, para que a psicologia experimental possa constituir a “realidade empírica” de seu objeto, ela desconsidera a limitação apontada acima e faz com que os mais diversos esquemas do aparelho conceitual da “psicologia oficial” passem a ser tratados como modelo formal de apreensão das modificações “empíricas” de uma “experiência interna”. De tal modo que o índice dessas modificações se apresente na forma de efeitos dados à introspecção, por exemplo, o caso de um esquema fisiológico de estímulo-resposta aplicado aos “conteúdos” psíquicos dados à consciência. O acesso ao fato psicológico adquire, em todos os esquemas da psicologia experimental, o estatuto de um esquema de percepção, afinal, cada um, à sua maneira, tomou sua representação *figurada* da consciência de um modelo sensório-refletor. Segundo Politzer, é numa mesma problemática, que se fundamenta na exigência de *realização* do psíquico como condição de sua apreensão, que a psicologia introspeccionista clássica e os esquemas da “psicologia oficial” se encontram como versões da mesma ilusão de objetividade.

Se, para a *Crítica da razão pura*, a construção de um sistema teórico parte de uma diversidade *dada* à intuição sensível e determina as leis matemáticas de sua mudança na permanência, o sentido interno, não tendo nem diversidade nem permanência, poderia oferecer-nos mudanças de determinações, mas não uma apreensão empírica do objeto determinado dessas mudanças. A física vai buscar essa apreensão em uma experiência externa; a psicologia, na elaboração de um “aparelho psíquico”, responsável pelo acesso à consciência do “conteúdo” determinado de uma “experiência interna”. A física subtende a realidade de seu sistema teórico na experiência da síntese de uma diversidade física; a psicologia, na representação

*figurada* das diferentes instâncias de seu “aparelho psíquico”, no qual se busca uma síntese que não corresponderia, segundo Politzer, a nenhuma ordem de realidade.

Procuramos mostrar, ao longo deste artigo, que o impulso de todas as teses da CFP é a denúncia da ilusão fundamental da “psicologia oficial” – ilusão que a leva a constituir seu objeto à maneira da filosofia pré-crítica, isto é, como um “transcendente”. Em si mesma (“se isso tiver algum sentido” e não tem...), a representação *figurada* de um “aparelho psíquico” não poderia fazer parte de nenhuma ordem de pesquisa, nem da psicológica nem da física. Deveremos saltar ao plano de uma “terceira ciência”, a que investiga, segundo Politzer, uma realidade psicologicamente cega que já fora palco da psicologia racional e de outras querelas pré-críticas:

[...] a psicologia está no estado em que se encontrava a filosofia no momento de elaboração da *Crítica da Razão Pura*. Sua esterilidade é óbvia, seus procedimentos constitutivos dão nas vistas e, enquanto uns confinam-se numa escolástica impressionante por sua apresentação, mas que não progride de forma alguma, outros lançam-se em soluções desesperadas. Mas um sopro novo faz-se sentir: há o desejo de que essa história toda tenha acabado, mas recai-se constantemente nas fantasias escolásticas. Portanto, falta alguma coisa: o *reconhecimento claro de que a psicologia clássica nada é senão a elaboração nocional de um mito*. (CFP, p. 41)

## Referências

- Faria Gabbi Jr., Osmyr 1998: “Considerações sobre a eterna juventude da psicologia: o caso da psicanálise”. In: Politzer 1998.
- Freuler, Léo 1997: *La crise de la philosophie au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris, Vrin.
- Kant, Emmanuel 1993: *Primeros principios metafísicos de la ciencia de la naturaleza*. Tradução de Samuel Nemirowsky. México, UNAM.
- \_\_\_\_\_. 2004: *Crítica de la razón pura*. Tradução de Pedro Ribas. Madrid, Alfaguara.

Politzer, Georges 1998: *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Tradução de Marcos Marciolino e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. Piracicaba, Unimep.

Wundt, Wilhelm 1912: *An Introduction to Psychology*. Tradução de Rudolf Pintner. London, George Allen & Company.